

O SR. DONISETE BRAGA - PT - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Srs. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários, telespectadores da TV Assembleia, agradeço ao nobre Deputado Isac Reis que me indicou para falar pela Minoria. Hoje a nossa Presidente Dilma Rousseff lançou o Plano Brasil Maior, que tem como objetivo inovar para competir, e competir para crescer. O plano é a nova política industrial, tecnológica de serviços e de comércio exterior do Governo Federal. Esse projeto objetiva a proteção da indústria nacional.

E quero, aqui, registrar a importância desse plano apresentado hoje pela nossa Presidente Dilma para nós que moramos no País importante da América Latina, importante pelo seu tamanho, seu potencial de geração de emprego e renda hoje aliada à política afirmativa do Governo Federal. A Presidente Dilma apresenta um plano como esse, além de dar estímulo à inovação com desoneração tributária de impostos sobre produtos industrializados, o IPI, e, também, de bens de investimento. Será por 12 meses a redução dos impostos sobre bens de capital como para materiais de construção, caminhões e veículos comerciais leves.

É uma medida de desoneração tributária importante porque, primeiro, estamos assistindo essa crise nos Estados Unidos, uma grande potência mundial, e o nosso Brasil está caminhando de forma segura, pacífica e consolidada com a economia brasileira.

Nós entendemos que é fundamental quando a nossa Presidente apresenta um plano que, acima de tudo, estabelece uma política para dar segurança às indústrias do nosso País. Eu digo isso, Sr. Presidente, porque temos que fazer a lição de casa aqui no Estado de São Paulo.

Hoje, temos dialogado com vários segmentos que representam a nossa economia, a nossa indústria como a própria Fiesp. O Governo do Estado de São Paulo precisa, urgentemente, ter sintonia com a política do Governo Federal porque, se hoje o nosso País depende da política econômica, para que as empresas possam crescer e ter segurança em relação aos investimentos, o Estado de São Paulo é a nossa grande locomotiva.

Hoje percebemos que o Paraná e Minas Gerais têm crescendo na questão das grandes indústrias. Eu nasci no Interior do Estado de São Paulo, na região da Alta Paulista. Quando vim para São Paulo, tínhamos investimento na agropecuária, agricultura, café, arroz e feijão.

O nosso Interior se transformou hoje nas grandes usinas do Estado de São Paulo. Nós temos que redefinir a vocação do nosso Interior, a região do Ribeirão Preto. Sem dúvida, o Município de Ribeirão Preto precisa redescobrir a sua vocação, a mesma coisa a região de Presidente Prudente, Vale do Ribeirão Preto.

É isso que estamos defendendo em todas as áreas do Orçamento. Isso foi aprovado aqui. E o argumento do governo de dizer que é constitucional. Mesmo porque o governo de Minas gerais, que também é administrado pelo PSDB, adota a regionalização no Orçamento há muitos anos, e nunca foi cobrada inconstitucionalidade. Nunca teve esse problema. O Governador Geraldo Alckmin e o Secretário do Planejamento foram consultados e concordaram com esse item que defendemos todos os anos. Infelizmente, na hora de sancionar, o governador o vetou.

Então, a bancada do PT está protestando e pedindo para que esta Casa tome a decisão de derrubar esse voto. Caso contrário, será uma humilhação, uma desmoralização para a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. É pouco avanço?

É, mas é avanço. E não pode simplesmente ser ignorado por uma intervenção direta do governo do Estado de São Paulo em algo importante para o Estado de São Paulo, para as prefeituras, para a população, para as entidades de todo o estado que reivindicam e concordam com a regionalização.

Quero registrar esse protesto e pedir que a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo derrube esse voto e restabeleça o que foi aprovado por unanimidade. Falamos sobre isso

hoje no Colégio de Líderes, deixamos essa discussão para a próxima semana. Tenho certeza que o presidente vai se empenhar porque concordou, votou favorável a esse item do Orçamento. Na próxima semana vamos retomar essa discussão, derrubar o voto e restabelecer aquilo que aprovamos por unanimidade nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE - BARROS MUNHOZ - PSDB - Vamos passar à Ordem do Dia.
* * *

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - BARROS MUNHOZ - PSDB - Sobre a mesa o seguinte requerimento: "Exmo. Sr. Presidente Barros Munhoz, através desse requerer-se, conforme Art. 35 da XIV Consolidação do Regimento Interno, a constituição de uma comissão de representação com a finalidade de participar do IV Encontro Nacional das Comunidades Quilombolas, que será realizado no dia 03 de agosto de 2011, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, no Plenário Teotônio Vilela, Praça Floriano Peixoto, s/nº, Cinelândia, Rio de Janeiro." Assina o Deputado José Cândido, com número regimental de assinaturas. A Comissão é constituída pelo nobre Deputado José Cândido e pelo assessor José Ferreira.

O decreto foi muito bem elaborado e dá condição a empresas de construir usinas hidrelétricas em pequenos rios. Mas, infelizmente, nós, da Região Noroeste, estamos sendo contemplados com duas pequenas usinas hidrelétricas. Já estão lá fazendo demarcações e estamos começando a ver a obra que vai destruir mais de 100 alqueires, inundando e destruindo a vegetação, acabando com os animais de várias espécies.

Nós tivemos a preocupação de estar no local. Quero que coloque a imagem do vídeo, por favor. Essa é a cachoeira do Talhado. Nós estivemos lá no domingo retrasado com várias pessoas. Aí estão os arqueólogos, o engenheiro civil.

Nós temos lá uma Associação de Pescadores Ambientalistas, também a Associação em Defesa do Meio Ambiente nos Rios Turvo e Preto e também a cachoeira do Talhado, que é a única do Estado de São Paulo desse porte e que em breve, infelizmente, não a teremos mais e sim uma barreira de concreto com uma turbina apenas que vai gerar energia por apenas oito meses. Ela vai ficar parada por quatro meses por não ter água nesse local.

Aí estão todos os pescadores, moradores, pessoas da associação. Estamos dando as mãos na parte de baixo da cachoeira, justamente para deixar marcado para o Estado de São Paulo, para as Srs. Deputadas o porquê estamos usando esta tribuna. Porque nesse lugar será construída uma usina hidrelétrica e que acabará com a única cachoeira do Estado de São Paulo que ainda tem resquícios de índios que ali moraram, de jesuítas que por ali passaram, enfim, toda uma situação arqueológica vai sumir infelizmente.

Quero deixar aqui o nosso pedido à Assembleia Legislativa para encampar conosco a luta "Mãos dadas em prol da Cachoeira do Talhado". Esta é a camisa que está sendo vestida por associações, por representações ambientalistas e por Câmaras Municipais, que estão fazendo moções pedindo o tombamento desta área com o fim de preservar para os nossos filhos, para os nossos netos um lugar sem igual.

A nossa indignação pelo que vem acontecendo. O meio ambiente está pedindo ajuda. A onça-parda que já está com poucos exemplares vai sumir porque no entorno desta APP só tem plantação de cana, não tem mais mata ciliar, não tem mais nada. O macaco também será extinto naquela região.

Portanto, fica o nosso pedido às Srs. Deputadas e aos Srs. Deputados para encampar esta luta em prol do meio ambiente, já que pouco podemos fazer.

Esta associação está lançando folhetos e disponibilizando um site para que você meu amigo, minha amiga, que nos assiste na TV Assembleia, possa participar de um grande abaixo-assinado eletrônico.

Você pode acessar o www.salveeturvo.com.br e ser mais um na luta contra a degradação do meio ambiente, da fauna e da flora aqui no Estado de São Paulo, mais especificamente na região noroeste do Estado de São Paulo.

O SR. EDSON FERRARINI - PTB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes, solicito a suspensão da sessão até as 17 horas.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Em face do acordo entre as lideranças a Presidência suspende a sessão até as 17 horas.

Está suspensa a sessão.
* * *

- Suspensa às 16 horas e 42 minutos, a sessão é reaberta às 17 horas e 03 minutos, sob a Presidência do Sr. Barros Munhoz.
* * *

O SR. ENIO TATTO - PT - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Srs. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários, telespectadores da TV Assembleia, agradeço ao nobre Deputado Isac Reis que me indicou para falar pela Minoria. Hoje a nossa Presidente Dilma Rousseff lançou o Plano Brasil Maior, que tem como objetivo inovar para competir, e competir para crescer. O plano é a nova política industrial, tecnológica de serviços e de comércio exterior do Governo Federal. Esse projeto objetiva a proteção da indústria nacional.

Sr. Presidente, venho à tribuna para lamentar um voto do governador do estado.

Esta casa fez um belo trabalho no primeiro semestre sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Pela primeira vez a bancada do PT votou favorável a um relatório, que não foi perfeito como gostaríamos, da deputada Regina Gonçalves, do PV. Tivemos pelos menos cinco grandes avanços que elencou aqui quando declaramos o voto favorável à Lei de Diretrizes Orçamentárias. O principal avanço foi a regionalização do Orçamento, cobrada em todas as audiências públicas realizadas pela Comissão de Finanças e Orçamento no Estado de São Paulo. Regionalização defendida por praticamente todas as bancadas e pela grande maioria dos parlamentares desta Casa. Foi aprovada por unanimidade pelos 94 deputados. Nenhum deputado votou contra, nenhuma bancada registrou voto contrário a esse item. Mais do que isso, o líder do governo participou da construção desse acordo e votou favorável. Quando o líder do governo vota favorável significa que o governo aceita, que o governo concorda. E foi isso que aconteceu no dia em que votamos a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Então, nos surpreende muito o voto do governador Geraldo Alckmin a esse item da regionalização.

Sr. Presidente, já que foi uma votação unânime, esta casa tem obrigações de derrubar esse voto, de restabelecer a vontade da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, a vontade de todos os partidos políticos e de todos os deputados.

É um grande avanço porque após a aprovação do Orçamento do estado ficamos sabendo a quantidade de dinheiro em que vai ser investido, em cada região do Estado de São Paulo. Por exemplo, quando se fala que duas mil casas serão construídas, sabermos quanto elas vão custar, em cada região: São José do Rio Preto, São José dos Campos, Jundiaí ou Ribeirão Preto.

É isso que estamos defendendo em todas as áreas do Orçamento. Isso foi aprovado aqui. E o argumento do governo de dizer que é inconstitucional. Mesmo porque o governo de Minas gerais, que também é administrado pelo PSDB, adota a regionalização no Orçamento há muitos anos, e nunca foi cobrada inconstitucionalidade. Nunca teve esse problema. O Governador Geraldo Alckmin e o Secretário do Planejamento foram consultados e concordaram com esse item que defendemos todos os anos. Infelizmente, na hora de sancionar, o governador o vetou.

Então, a bancada do PT está protestando e pedindo para que esta Casa tome a decisão de derrubar esse voto. Caso contrário, será uma humilhação, uma desmoralização para a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. É pouco avanço?

É, mas é avanço. E não pode simplesmente ser ignorado por uma intervenção direta do governo do Estado de São Paulo em algo importante para o Estado de São Paulo, para as prefeituras, para a população, para as entidades de todo o estado que reivindicam e concordam com a regionalização.

Quero registrar esse protesto e pedir que a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo derrube esse voto e restabeleça o que foi aprovado por unanimidade. Falamos sobre isso

hoje no Colégio de Líderes, deixamos essa discussão para a próxima semana. Tenho certeza que o presidente vai se empenhar porque concordou, votou favorável a esse item do Orçamento. Na próxima semana vamos retomar essa discussão, derrubar o voto e restabelecer aquilo que aprovamos por unanimidade nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE - BARROS MUNHOZ - PSDB - Vamos passar à Ordem do Dia.
* * *

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - BARROS MUNHOZ - PSDB - Sobre a mesa o seguinte requerimento: "Exmo. Sr. Presidente Barros Munhoz, através desse requerer-se, conforme Art. 35 da XIV Consolidação do Regimento Interno, a constituição de uma comissão de representação com a finalidade de participar do IV Encontro Nacional das Comunidades Quilombolas, que será realizado no dia 03 de agosto de 2011, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, no Plenário Teotônio Vilela, Praça Floriano Peixoto, s/nº, Cinelândia, Rio de Janeiro." Assina o Deputado José Cândido, com número regimental de assinaturas. A Comissão é constituída pelo nobre Deputado José Cândido e pelo assessor José Ferreira.

Em votação. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo queiram conservar-se como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O SR. ENIO TATTO - PT - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - BARROS MUNHOZ - PSDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esta Presidência adita à Ordem do Dia da Sessão Ordinária de amanhã o Projeto de Decreto Legislativo nº 65/2009, que susta o Decreto nº 54 716/2009, que transfere para o gabinete do Secretário da Segurança Pública a Corregedoria Geral da Polícia Civil.

Havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a Sessão Ordinária de amanhã, à hora regimental, informando que a Ordem do Dia será a mesma da sessão de hoje e o aditamento anuciado.

Está levantada a sessão.
* * *

- Levanta-se a sessão às 17 horas e 11 minutos.
* * *

Atos Administrativos

DECISÕES DA MESA

DE 4/08/2011

EXONERANDO, nos termos da 1ª parte do item 2 do parágrafo 1º do artigo 58 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978:

CARLOS ALEXANDRE AMORIM DE JESUS, RG nº 309494321, do cargo que vem exercendo, em comissão, de ASSISTENTE PARLAMENTAR I, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011, a partir de 01/08/2011.

(Decisão nº 4692/2011); CLAUDIO CANDIDO, RG nº 11224088, do cargo que vem exercendo, em comissão, o cargo de AUXILIAR PARLAMENTAR, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011, em vaga decorrente da exoneração de ELENY CORINA HELLER.

(Decisão nº 4697/2011); MARINA CRISTINA ALVES, RG nº 34533595, do cargo que vem exercendo, em comissão, de ASSISTENTE TÉCNICO PARLAMENTAR, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimentos - de que trata o artigo 68 da Resolução nº 776/96.

(Decisão nº 4698/2011);

MELISSA RAVANINI MAGALHÃES, RG nº M8256446, para, em Jornada Completa de Trabalho, exercer, em caráter efetivo, o cargo de AGENTE TÉCNICO LEGISLATIVO, do SQC-II do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSL), com vencimento fixado no parágrafo 5º, do artigo 1º, da Lei nº 12803/2008, a partir de 05/08/2011.

(Decisão nº 4699/2011);

RENATA CRISTINA ALVES, RG nº 34533595, do cargo que

veio exercendo, em comissão, de AGENTE DE SEGURANÇA PARLAMENTAR, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimentos - de que trata o artigo 68 da Resolução nº 776/96.

(Decisão nº 4695/2011); PAULO DA SILVA GONÇALVES, RG nº 442139007, do cargo que vem exercendo, em comissão, de JORNALISTA, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSL), com vencimento fixado no parágrafo 5º, do artigo 1º, da Lei nº 12803/2008, a partir de 05/08/2011.

(Decisão nº 4696/2011); MARIA CAROLINA MARRA DE OLIVEIRA, RG nº 4623306, para, em Jornada Completa de Trabalho, exercer, em caráter efetivo, o cargo de AGENTE TÉCNICO LEGISLATIVO, do SQC-II do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSL), com vencimento fixado no parágrafo 5º, do artigo 1º, da Lei nº 12803/2008, a partir de 05/08/2011.

(Decisão nº 4697/2011); MARCIA CAROLINA MARRA DE OLIVEIRA, RG nº 4623306, para, em Jornada Completa de Trabalho, exercer, em caráter efetivo, o cargo de AGENTE TÉCNICO LEGISLATIVO, do SQC-II do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSL), com vencimento fixado no parágrafo 5º, do artigo 1º, da Lei nº 12803/2008, a partir de 05/08/2011.

(Decisão nº 4698/2011); MARCIA CAROLINA MARRA DE OLIVEIRA, RG nº 4623306, para, em Jornada Completa de Trabalho, exercer, em caráter efetivo, o cargo de AGENTE TÉCNICO LEGISLATIVO, do SQC-II do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSL), com vencimento fixado no parágrafo 5º, do artigo 1º, da Lei nº 12803/2008, a partir de 05/08/2011.

(Decisão nº 4699/2011);

(Decisão nº 4700/2011);

(Decisão nº 4701/2011);

(Decisão nº 4702/2011);

(Decisão nº 4703/2011);

(Decisão nº 4704/2011);

(Decisão nº 4705/2011);

(Decisão nº 4706/2011);

(Decisão nº 4707/2011);

(Decisão nº 4708/2011);

(Decisão nº 4709/2011);